G20
SOUTH AFRICA 2025

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ESPECIALISTAS INDEPENDENTES DO G20 SOBRE DESIGUALDADE GLOBAL

Relatório resumido

Encomendado pela Presidência sul-africana do G20
Novembro de 2025

Solidarity

Equality

Sustainability

El presente informe ha sido redactado por el Comité Extraordinario de Personas Expertas Independientes sobre Desigualdad Mundial del G20 2025, un equipo liderado por Joseph E. Stiglitz, y del que forman parte Adriana Abdenur, Winnie Byanyima, Jayati Ghosh, Imraan Valodia y Wanga Zembe Mkabile.

El Comité Extraordinario desea expresar su gratitud al presidente de Sudáfrica, su excelencia Cyril Ramaphosa, por su voluntad de constituir este comité para la presidencia de Sudáfrica del G20 en 2025, y por solicitar la publicación de este informe.

1.INTRODUÇÃO

A desigualdade é uma das preocupações mais urgentes no mundo atual, gerando muitos outros problemas nas economias, nas sociedades e nos processos políticos.

A desigualdade torna a vida das pessoas mais frágil, levando a percepções de injustiça que provocam frustração e ressentimento. Isso, por sua vez, prejudica a coesão social e política, minando a confiança dos cidadãos nas autoridades e nas instituições. As consequências são instabilidade política, diminuição da confiança na democracia, aumento dos conflitos e diminuição do interesse pela cooperação internacional. A desigualdade também afeta nossa capacidade de lidar com os desafios planetários.

A desigualdade não é um dado adquirido; combatê-la é necessário e possível. Ela resulta de escolhas políticas que refletem atitudes éticas e morais, bem como de compromissos econômicos. Não é apenas uma questão que diz respeito a países individuais, mas uma preocupação global que deve estar na agenda internacional — e, portanto, na agenda do G20.

A desigualdade tem efeitos transfronteiriços importantes e as regras globais sobre comércio, finanças, investimento e conhecimento são determinantes fundamentais das desigualdades dentro e entre os países. Alguns desses desequilíbrios na distribuição de rendimentos e na riqueza dentro e entre os países resultam da globalização impulsionada não só pelos benefícios da integração econômica global, mas também pelos grandes interesses empresariais e financeiros.

Uma ação global para reduzir os níveis de desigualdade requer um compromisso coletivo e uma coordenação internacional.

Nosso comitê foi encarregado pela Presidência sul-africana do G20 de apresentar um relatório sobre o estado do conhecimento acerca da desigualdade global. Nosso trabalho abrange as dimensões inter-relacionadas, as causas, as consequências e as tendências recentes da desigualdade. Também propomos políticas que possam abordar seus efeitos mais adversos. Este resumo de nossas conclusões é baseado em discussões dentro do comitê e em amplas consultas com outros especialistas; discussões e evidências mais extensas são apresentadas no relatório completo. Ambos os documentos concluem com algumas recomendações, incluindo uma proposta específica para um novo órgão internacional permanente que vise avaliar e monitorar a desigualdade globalmente.

Caixa: Alguns fatos importantes sobre a desigualdade

- A nível nacional, 83% dos países apresentam elevada desigualdade de rendimentos (utilizando a definição do Banco Mundial de "elevada desigualdade" como um coeficiente de Gini superior a 0,4). Esses países representam 90% da população mundial.
- A nível global, a desigualdade de rendimentos entre todos os indivíduos no mundo diminuiu desde 2000, devido em grande parte ao desenvolvimento econômico da China. No entanto, ela continua muito alta, com um coeficiente de Gini de 0,61.
- A desigualdade de riqueza é muito maior do que a desigualdade de renda. Globalmente, entre 2000 e 2024, os 1% mais ricos capturaram 41% de toda a nova riqueza, em contraste com apenas 1% capturado pela metade mais pobre da humanidade.
- Os 1% mais ricos viram sua riqueza média aumentar em US$ 1,4 milhão desde 2000, enquanto alguém na metade mais pobre da humanidade viu sua riqueza crescer em média US$ 485 no mesmo período (em dólares americanos constantes de 2024).

Uma em cada quatro pessoas no mundo (2,3 bilhões) enfrenta insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, tem que pular refeições regularmente, o que representa um aumento de 335 milhões desde 2019.

A desigualdade é uma escolha política.

As tendências negativas podem ser revertidas. Um painel Internacional sobre Desigualdade (IPIO), conforme propmos no Capítulo 5, poderia acompanhar as tendências em matéria de desigualdade.

2. TENDÊNCIAS NA DESIGUALDADE

A realização de uma avaliação abrangente da desigualdade a nível global é dificultada pela existência de lacunas nos dados, bem como por definições e medidas divergentes. Além disso, existem preocupações quanto à qualidade e à fiabilidade de alguns dos dados disponíveis. A complexidade é ainda maior devido às diferentes experiências em diferentes países e regiões ao longo de diferentes períodos. Apesar disso, o trabalho inovador de pesquisadores de todo o mundo, utilizando várias bases de dados, nos permite identificar alguns padrões e tendências gerais.

A desigualdade entre países, medida de forma ampla, parece ter diminuído devido ao aumento da renda per capita em alguns países muito populosos, como China e Índia, o que reduziu um pouco a participação dos países de alta renda no PIB global. Houve melhorias em alguns dos piores aspectos da pobreza e da privação, com centenas de milhões de pessoas saindo da pobreza, principalmente na China, mas também em outros lugares. No entanto, a pandemia da COVID-19 interrompeu essa tendência positiva em muitos países de baixa renda; os últimos anos também testemunharam um aumento absoluto da fome e da insegurança alimentar.

No entanto, as divergências entre os países continuam a ser grandes, especialmente entre os mais ricos e os mais pobres. A disparidade entre algumas regiões aumentou, por exemplo, entre grande parte da Europa Ocidental e a África Subsaariana.

A desigualdade de riqueza é muito mais concentrada do que a desigualdade de renda. Mesmo onde a desigualdade de renda não aumentou (e, em alguns casos, até diminuiu), a desigualdade de riqueza continua alta. De acordo com a maioria das medidas, ela aumentou na maioria dos países nos últimos quarenta anos.

As desigualdades de riqueza têm um impulso progressivo, à medida que os juros compostos aumentam as fortunas e, na ausência de impostos eficazes sobre heranças, a riqueza é transmitida de uma geração para outra, prejudicando a mobilidade social e a eficiência econômica.

Em todas as principais regiões, a riqueza privada cresceu nas últimas duas décadas, às vezes de forma bastante acentuada, enquanto a riqueza pública estagnou ou diminuiu.

Particularmente preocupante tem sido o aumento global da renda e da riqueza na extremidade superior da escala, com os que estão no topo obtendo uma parcela cada vez maior da renda e da riqueza nacional, especialmente os mais ricos (os 0,01% mais ricos). Dados do World Inequality Lab mostram que os 10% mais ricos do mundo respondem por 54% da renda global total e por 74% da riqueza global total.

Também se verificou um enfraquecimento dos grupos de renda média em muitas partes do mundo, refletido em rendas mais precárias e em condições de vida mais difíceis. Em alguns países, há fortes indícios de uma evisceração da classe média, o que pode ter consequências significativas para a estabilidade econômica e política.

A desigualdade existe em muitas dimensões. Embora a desigualdade econômica (em renda e em bens) tenda a estar fortemente correlacionada com desigualdades em outras áreas (saúde, educação, emprego, condições de moradia, exposição a riscos ambientais, voz nos processos políticos, acesso à justiça etc.), a extensão desse efeito varia, pois muito depende também das políticas públicas. Além disso, dentro dos países, existem desigualdades que se cruzam devido à classe social, ao gênero, à raça e à etnia. A localização e o status de residente/migrante podem gerar múltiplas privações ou, inversamente, privilégios e poder multidimensionais para poucos. Isso também é evidente em nível global: os ultrarricos globais tendem a ser predominantemente brancos, homens e residentes em países ricos.

Existe também uma forte correlação entre as desigualdades de oportunidades e as desigualdades de resultados. Na maioria dos países, as perspectivas de vida dos jovens dependem fortemente do rendimento e da educação dos pais, mas isso é ainda mais evidente em alguns países. Aqui, como em muitos aspectos da desigualdade, há frequentemente grandes discrepâncias entre os dados concretos e as percepções das pessoas, incluindo as que se refletem na retórica popular. Por exemplo, embora os Estados Unidos sejam regularmente descritos como uma "terra de oportunidades", os dados mostram que há menos mobilidade social do que em muitos outros países e que o "sonho americano" é, em grande medida, um mito. As armadilhas da pobreza, nas quais as chances de sair dos decis mais baixos da distribuição de renda e de riqueza são limitadas, fazem parte do panorama em muitos países, se não na maioria deles.

No Capítulo 4, avaliamos alguns dos principais fatores que impulsionam a desigualdade. Aqui, observamos que existem tanto forças estruturais de longo prazo (por exemplo, a mudança das economias manufatureiras para as economias do setor de serviços, as mudanças na tecnologia e a globalização) quanto forças de curto prazo (por exemplo, a pandemia da COVID-19, a guerra na Ucrânia, a inflação pós-pandemia e a recente

interrupção dos padrões comerciais de longa data) que afetam as economias. As forças estruturais levaram, por exemplo, a um aumento da desigualdade nos países avançados nas fases iniciais da industrialização, seguido de um período de diminuição da desigualdade, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial e nas duas décadas seguintes, levando, por sua vez, a uma era de aumento acentuado da desigualdade.

3. AS CONSEQUÊNCIAS DA DESIGUALDADE

A desigualdade, particularmente nos extremos, tem muitos resultados negativos nos âmbitos econômico, político e social, cada um deles interagindo de forma a exacerbar os efeitos adversos.

A falta de renda causa efeitos adversos óbvios sobre as pessoas. Elas passam fome e podem receber cuidados de saúde inadequados; seus filhos podem sofrer de desnutrição e não receber a educação necessária para atingir seu potencial, o que contribui para o ciclo da pobreza e para a transmissão intergeracional da pobreza.

Há também consequências adversas para o desempenho geral da economia. Deve ser óbvio que, se grande parte da população recebe educação, cuidados de saúde ou nutrição inadequados, ela não será suficientemente produtiva e toda a economia não terá um desempenho tão bom quanto poderia ter.

Aqueles com os rendimentos mais baixos ou no setor informal, especialmente em países com sistemas de segurança social fracos, são altamente vulneráveis a choques adversos.

Em países com mobilidade ascendente limitada, as aspirações também podem ser limitadas, o que pode restringir os investimentos produtivos. Existem outras consequências sociais da desigualdade com implicações econômicas: há evidências de que, em muitos lugares, a desigualdade está associada ao aumento da dívida pessoal ou familiar, o que tem implicações para a estabilidade econômica.

Muitas das fontes de desigualdade têm, por si só, efeitos econômicos prejudiciais. Por exemplo, o poder de mercado aumenta a renda dos proprietários de empresas (que, em grande parte, estão entre os ricos), diminui a renda real dos trabalhadores e distorce a alocação de recursos, levando a ineficiências. A riqueza derivada de empresas de recursos naturais pouco regulamentadas enriquece os proprietários às custas do bem-estar do resto da sociedade, enquanto os processos de extração e de produção prejudicam a sustentabilidade ambiental.

A riqueza pode minar a democracia, pois aqueles que possuem grande riqueza podem ter influência desproporcional sobre a economia e a política. As desigualdades econômicas tendem a se traduzir em desigualdades políticas, incluindo, por exemplo, no acesso à justiça ou na participação no processo político. Em muitos países, a mídia é controlada pelos ultrarricos, o que lhes confere um papel dominante no discurso social. Esse problema foi exacerbado pelo advento das mídias sociais e das plataformas tecnológicas, que colocaram o controle da praça pública do século XXI nas mãos de poucos.

As desigualdades globais prejudicam o desempenho econômico global, pois geram efeitos transfronteiriços. Os mais óbvios estão relacionados ao meio ambiente e à saúde pública. As emissões excessivas de carbono geradas pelo consumo desenfreado dos muito ricos em todo o mundo contribuem para as mudanças climáticas, com efeitos adversos sobre a economia global e o planeta. As privações de saúde em um país podem permitir que patógenos se proliferem e sejam transportados para outros lugares, nos piores casos, dando origem a uma pandemia.

A nova perspectiva sobre a desigualdade e o desempenho econômico (em todas as suas dimensões), que surgiu nos últimos 15 anos, é que a redução da desigualdade pode ser benéfica para o desempenho econômico. Isso difere significativamente da visão dominante das décadas anteriores, que defendia que havia uma compensação: o desempenho teria de ser sacrificado para reduzir a desigualdade. O consenso do nosso comitê está alinhado ao consenso do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de muitas pesquisas independentes recentes. Embora as evidências diretas que utilizam dados macroeconômicos agregados entre várias medidas de desempenho econômico e de desigualdade não sejam completamente conclusivas, o comitê acredita que as evidências indiretas — que representam os vários canais pelos quais a desigualdade afeta o desempenho econômico tanto a curto quanto a longo prazo — são suficientemente convincentes para apoiar as conclusões acima.

Por mais significativas que sejam as consequências econômicas, nosso comitê concordou que os efeitos mais preocupantes podem ser sobre a política e a democracia. As desigualdades econômicas geralmente se traduzem em desigualdades políticas, embora a extensão dependa das regras políticas do jogo, como, por exemplo, a influência das contribuições

políticas; o papel das portas giratórias; as regulamentações relativas à transparência e aos conflitos de interesse; e se, ou em que medida, os muito ricos podem dominar a mídia tradicional e social.

Os efeitos da economia política se repercutem, reforçando as desigualdades econômicas devido à introdução de regras (descritas com mais detalhes no Capítulo 4) que favorecem os ricos e os poderosos, mas prejudicam o desempenho econômico nacional e global. Notavelmente, por exemplo, a desregulamentação financeira, acompanhada pela remoção dos controles de capital, levou à crise financeira de 2008, com efeitos contagiosos para o mundo inteiro.

Além disso, muitos trabalhadores se sentem cada vez mais insatisfeitos com as condições econômicas. Eles respondem a forças de polarização social e política, inclusive marginalizando e excluindo pessoas como os migrantes. Essas ações criam ameaças adicionais à democracia. (Da mesma forma, embora a globalização, tal como tem sido gerenciada, tenha contribuído para alguns aspectos das desigualdades globais e das tensões econômicas sentidas em alguns países, os recentes ataques a ela subestimam a importância das políticas internas complementares e ameaçam a capacidade de obter benefícios potenciais da cooperação global.).

A força das democracias é frequentemente associada àqueles que se encontram no meio da distribuição de renda; portanto, a destruição da classe média em alguns países, observada no Capítulo 2, é quase certamente um importante fator que contribui para o enfraquecimento da democracia nesses locais.

4. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A DESIGUALDADE

Existem dois fatores gerais subjacentes à maioria das desigualdades existentes.

O primeiro é a distribuição dos rendimentos do mercado. As políticas que alteram essa distribuição são denominadas políticas de pré-distribuição. Os rendimentos do mercado são determinados por duas partes:

- Distribuição da propriedade dos ativos, não apenas dos ativos financeiros, mas também habilidades e redes sociais (capital social) que são fundamentais para aumentar os salários dos trabalhadores.
- Distribuição da renda entre trabalho, capital e rendimentos (incluindo o poder de mercado e as leis e regulamentações que afetam o poder corporativo, a capacidade das empresas de explorar os trabalhadores e dos gestores corporativos de extrair rendimentos das empresas). Essas regras e regulamentações, que afetam a forma como a renda do mercado é distribuída, são, por sua vez, impactadas por uma interação entre o poder político e econômico.

O segundo é a política pública que afeta a redistribuição de renda. Isso também envolve duas partes:

- Impostos e transferências, como, por exemplo, tributação progressiva da renda que reduz as desigualdades de renda no mercado de trabalho.
- Despesas públicas, como saúde, que, quando gratuitas ou subsidiadas, reduzem diretamente a desigualdade de renda, pois as famílias não precisam gastar (ou gastar tanto) dinheiro para pagá-las, proporcionando maior benefício para aqueles com renda mais baixa.

É claro que várias políticas se aplicam a ambos os grupos: impostos sucessórios mais rigorosos podem impedir o aumento da desigualdade de riqueza entre as gerações.

Muitas das desigualdades existentes resultam de processos históricos, políticos, econômicos e sociais que também afetam as instituições e as políticas. Em conjunto, esses fatores impactam os salários, os lucros e as rendas, tanto na distribuição dos rendimentos do mercado quanto nos rendimentos pós-transferência e nos rendimentos fiscais.

Historicamente, a divergência entre os países ricos do "Norte Global" e o resto do mundo começou com a Revolução Industrial, quando a renda per capita na Europa e em alguns outros países começou a aumentar significativamente após séculos de estagnação. A divergência continuou no período colonial, do século XVIII até meados do século XX, quando muitas economias coloniais foram estruturadas de forma a permitir a extração de matérias-primas ao menor custo possível, os mais ricos possuíam as melhores terras e a discriminação racial e sexual era utilizada para alimentar o processo de extração. Desde então, as disparidades de renda entre os países diminuíram, mas continuam muito altas. Existem reformas na arena internacional que poderiam reduzir ainda mais essas disparidades. Além disso, embora a diferença entre os mercados emergentes e os países avançados tenha diminuído, o abismo entre os países mais ricos e os mais pobres tem sido particularmente persistente, motivo pelo qual são cruciais reformas nas políticas que prolongam essa desigualdade.

Dentro das sociedades, as políticas e os processos atuam sobre as desigualdades de diversas maneiras. Fatores equalizadores, como o aumento do acesso à educação, podem atuar em conjunto com fatores desequilibradores, como aqueles associados aos padrões de casamento e de herança que perpetuam as elites. Ambos podem ser fortemente influenciados pelas políticas públicas, mas, na ausência de uma ação pública forte, podem dar origem a ciclos viciosos que perpetuam e aumentam a desigualdade, com forças desequilibradoras reforçando-se mutuamente. Aqueles com baixos rendimentos podem, na ausência de programas públicos, ser incapazes de proporcionar cuidados de saúde, nutrição e educação adequados aos seus filhos, que ficarão, então, condenados a uma vida de pobreza. Já os com rendimentos elevados podem poupar mais e obter elevados retornos dos seus investimentos, o que lhes permite transmitir mais riqueza aos seus filhos (na ausência de impostos sucessórios progressivos), perpetuando e aumentando a desigualdade de riqueza. Grande parte do aumento da desigualdade observado em muitos países nas últimas décadas pode ser atribuído ao enfraquecimento das forças equilibradoras e ao fortalecimento das forças desequilibradoras.

Em todo o mundo, as grandes empresas e as elites ricas exercem influência e, por vezes, chegam mesmo a determinar leis, regulamentos e políticas monetárias e fiscais de forma a favorecer os seus interesses. Isso se tem refletido numa série de políticas econômicas que têm sido implementadas na maioria dos países do mundo ao longo das últimas três décadas, tais como a liberalização dos mercados financeiros e o enfraquecimento das políticas de concorrência.

Várias dessas políticas levaram diretamente a uma maior desigualdade. A desregulamentação do mercado de trabalho e a legislação para restringir os sindicatos reduziram o poder da mão de obra em relação ao capital. As regras que regulam as empresas mudaram em muitos países, diminuindo a capacidade dos Estados de coibir o poder monopolista e tendendo a reforçar a primazia legal dos retornos aos acionistas acima dos direitos de outras partes interessadas. A tributação tornou-se menos progressiva, com as alíquotas efetivas sobre as empresas e os indivíduos mais ricos na maioria dos países caindo drasticamente e levando a uma dependência crescente da tributação regressiva, como o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A privatização parcial da educação em alguns países, especialmente no contexto de impostos sobre herança que são baixos ou estão em queda, levou a uma maior transmissão intergeracional da desigualdade.

A desregulamentação dos mercados financeiros agravou esta situação, gerando volatilidade que poderia resultar em crises, com efeitos especialmente adversos para aqueles que se encontram na base da distribuição. Em muitos locais, o setor financeiro teve um desempenho inferior na concessão de crédito a pequenas e médias empresas, impedindo a mobilidade ascendente. A globalização permitiu níveis muito maiores de evasão e de sonegação fiscais. A privatização de empresas e serviços estatais em setores como energia, água, transporte, educação e saúde elevou os lucros das empresas e os preços para os consumidores. Isso reduziu o acesso dos pobres e diminuiu seus padrões de vida.

Em termos macroeconômicos e fiscais, essas políticas estruturais e as crises que muitas vezes as precipitaram foram tipicamente acompanhadas por medidas de austeridade significativas, com altas taxas de juros e consolidação fiscal. Essas medidas incluíram cortes nos gastos públicos que afetaram o acesso das pessoas comuns a bens e serviços essenciais. Isso levou a novos aumentos na desigualdade, com impactos particularmente adversos para as mulheres e para os grupos socialmente marginalizados ou menos empoderados.

As instituições e as políticas refletem a cultura e o pensamento mais amplos das pessoas que desempenham um papel dominante na sua criação. Altos níveis de desigualdade econômica se traduzem, como observamos, em desigualdades políticas quando apenas uma elite reduzida molda o sistema. Por sua vez, esse sistema econômico molda o seu povo e as suas percepções, o que pode resultar em ainda mais instabilidade, à medida que uma elite reduzida perpetua e se baseia nesse sistema.

Altos níveis de desigualdade minam a confiança nas outras pessoas e nas instituições, e isso é ainda mais verdadeiro se as desigualdades resultam de regras estabelecidas com a voz desproporcional dos ricos. Esses problemas são exacerbados se o sistema econômico promove o egoísmo e a ganância em detrimento da cooperação, e a maximização dos lucros em detrimento de outros valores, como a honestidade. A situação se agrava ainda mais porque a falta de oportunidades na base da pirâmide está associada a armadilhas de pobreza, e altos níveis de desigualdade levam à falta de aspirações.

O cenário internacional

A arquitetura econômica e jurídica internacional desenvolvida nas últimas décadas contribuiu de forma significativa para a desigualdade dentro dos países e a nível global. Observamos como as regras nacionais afetam as desigualdades dentro de um país. Em algumas áreas, as regras internacionais são um importante fator impulsionador dessas regras. As regras internacionais também afetam diretamente o funcionamento das forças de mercado de formas que podem afetar diretamente as desigualdades dentro dos países e entre eles.

A globalização, em todas as suas dimensões, afetou a distribuição de renda dentro e entre os países. Estudos anteriores, por exemplo, enfatizaram que o comércio de bens era um substituto parcial para a movimentação de mão de obra e de capital, o que implicava que, em mercados competitivos em países avançados, a renda dos trabalhadores seria reduzida, especialmente a dos trabalhadores menos qualificados, exacerbando, assim, as desigualdades na renda de mercado.

Estudos mais recentes reconheceram que a participação dos salários na renda nacional — sobretudo para os trabalhadores menos qualificados — diminuiu em quase todos os países. Uma explicação é que o comércio mais integrado, a maior mobilidade do capital por meio das fronteiras e as novas tecnologias utilizadas na produção reduziram o poder de negociação dos trabalhadores menos qualificados em todos os lugares, afetando tanto os salários quanto as condições de trabalho. A maior variação nos salários acompanhou uma maior insegurança no emprego e na informalidade para os trabalhadores na extremidade inferior do espectro.

Os recentes avanços tecnológicos, particularmente na digitalização e na inteligência artificial, têm o potencial de aumentar as desigualdades dentro e entre os países, mesmo que tragam alguns benefícios. Embora exista a possibilidade de usar políticas fiscais para redistribuir a renda dos vencedores para os perdedores dentro dos países, os efeitos são mais problemáticos quando aqueles que se beneficiam vivem em países diferentes daqueles que não se beneficiam.

As políticas macroeconômicas exacerbaram essas disparidades internacionais nos rendimentos do trabalho. Anteriormente, observamos como os cortes nas despesas associados à austeridade afetam desproporcionalmente aqueles que se encontram na parte inferior e no meio da distribuição de renda; no entanto, seus efeitos macroeconômicos no mercado de trabalho também afetam desproporcionalmente os que se encontram na parte inferior. Grande parte da volatilidade nos países em desenvolvimento tem sido associada a choques vindos do exterior. A liberalização financeira e comercial expôs especialmente os países pequenos a mais choques, com maior impacto macroeconômico.

Os acordos de propriedade intelectual permitiram ao setor privado criar monopólios de conhecimento e tecnologias críticas, incluindo aquelas que são essenciais para lidar com crises de saúde pública, mudanças climáticas e outros desafios ambientais. Hoje, essas regras levaram a grandes transferências líquidas dos países em desenvolvimento para seus pares desenvolvidos. Ao privar os países em desenvolvimento do acesso a produtos de saúde críticos (como vacinas durante a pandemia da COVID-19, conforme observado no Capítulo 2), elas contribuíram para o ciclo vicioso da desigualdade na saúde, documentado pelo Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias, pelo qual indivíduos de baixa renda são mais propensos a enfrentar riscos à saúde, inclusive por meio de pandemias, com efeitos adversos subsequentes sobre sua capacidade de obter renda, o que os torna ainda mais vulneráveis.

A "liberalização" dos fluxos financeiros não se tratava tanto de eliminar as regulamentações, mas sim de ter regulamentações e um sistema jurídico que favorecessem os credores e os detentores privados de ativos financeiros, em detrimento dos direitos dos devedores e de outras partes interessadas. Isso tem sido associado a uma maior volatilidade financeira, bem como a crises periódicas da dívida soberana. Estas têm causado estragos na vida das pessoas nos países devedores, mas muitas vezes tiveram apenas um impacto marginal nos rendimentos e na riqueza dos credores ricos.

O atual sistema tributário internacional, amplamente reconhecido como ultrapassado, permite que as empresas multinacionais e os extremamente ricos evitem uma tributação equitativa, a ponto de normalmente pagarem alíquotas mais baixas do que outros menos abastados. Ele também possibilita a persistência e a expansão de fluxos financeiros ilícitos, que têm tido um efeito particularmente adverso na região mais pobre do mundo, a África Subsaariana.

Essas são algumas das muitas características da economia internacional que podem ser significativamente afetadas pelas decisões e ações dos governos do G20. Portanto, é fundamental que os líderes do G20 se envolvam de perto com essa questão, reconheçam a extensão e a urgência do problema, levem em consideração tanto os fatores que impulsionam a desigualdade quanto suas consequências, adotem políticas que a combatam e remediem seus aspectos mais perniciosos.

5. PROPOSTA PARA UM PAINEL INTERNACIONAL SOBRE DESIGUALDADE

Uma conclusão importante do nosso comitê é que os decisores políticos muitas vezes não dispõem de informações suficientes, fiáveis ou acessíveis sobre as tendências da desigualdade e os impactos das políticas propostas sobre a desigualdade, em todas as suas dimensões. Por isso, recomendamos — como pedido imediato e prioritário desta comissão ao G20 — a criação de um novo órgão, um Painel Internacional sobre a Desigualdade (IPI), para apoiar os governos e as agências multilaterais com avaliações e análises fiáveis sobre a desigualdade. Essas análises informariam e capacitariam a formulação de políticas.

O órgão poderia ser inaugurado sob a liderança da Presidência sul-africana do G20 e apoiado voluntariamente por países defensores (não limitados aos membros do G20), com agências multilaterais como as principais partes interessadas.

O Painel seria um órgão técnico centrado em dados e análises relevantes para as políticas (não para a defesa de causas). Não realizaria pesquisas diretamente, mas monitoraria pesquisas existentes e novas, avaliaria lacunas no conhecimento e a disponibilidade de dados de qualidade. Produziria avaliações periódicas e relevantes para as políticas sobre os fatores, a medição e os impactos da desigualdade de renda e de riqueza, assim como sua relação com as desigualdades em outras dimensões, como saúde e oportunidades. De particular relevância para o G20, identificaria tendências e processos com foco especial na arquitetura internacional. Com base nessas avaliações, faria recomendações sobre as necessidades de pesquisas adicionais.

Um painel de especialistas com diversidade geográfica e disciplinar poderia ser selecionado para atuar de forma independente, com o apoio de um secretariado enxuto e ágil. Prevemos que a organização poderia assumir a forma de uma estrutura distribuída com grupos de trabalho, incluindo acadêmicos que não sejam membros do painel, conforme necessário, para aumentar a expertise nas diversas dimensões da desigualdade ou em questões relacionadas a dados e à medição da desigualdade. Os grupos de trabalho poderiam usar novas tecnologias para interação, consulta e divulgação. O IPI aproveitaria os enormes avanços recentes na pesquisa sobre desigualdade, apoiado por instituições em todo o mundo dedicadas ao estudo desse assunto.

A ideia do Painel é inspirada, em parte, pelo sucesso do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), pelo qual milhares de cientistas contribuíram voluntariamente com seu tempo e seus esforços, sintetizando e coordenando pesquisas, fornecendo avaliações precisas e oportunas do estado do conhecimento nessa área crucial.

Assim como as mudanças climáticas, as desigualdades crescentes e irrestritas também representam uma grande ameaça para a comunidade global. É imperativo que tenhamos um melhor conhecimento sobre sua evolução e sobre como as mudanças políticas propostas podem atenuá-la — ou agravá-la.

No anexo, descrevemos com mais detalhes algumas sugestões para a organização e a governança do IPI. Enfatizamos que estas são apenas sugestões para orientar o governo sul-africano à medida que inicia consultas com outros países sobre o estabelecimento do que pode vir a ser uma instituição histórica.

6. POLÍTICAS PARA COMBATER A DESIGUALDADE

Dentro dos países, há uma margem considerável para desenvolver estratégias que alterem as formas como a renda nacional é distribuída e depois redistribuída por meio de políticas tributárias e de gastos, a fim de mitigar as desigualdades (em todas as dimensões) geradas pelas forças de mercado. As políticas variam, obviamente, de acordo com o contexto nacional e regional, mas devem enfrentar os fatores que impulsionam a desigualdade discutidos no Capítulo 4.

Observamos a importância das mudanças regulatórias, como políticas para conter o poder corporativo excessivo, legislação sobre salário-mínimo, regulamentação de investimentos e atividades econômicas para proteger o meio ambiente, entre outras. Também reconhecemos o papel crucial desempenhado pela provisão pública em garantir o acesso universal a bens e serviços essenciais de boa qualidade (por exemplo, alimentação, moradia, saúde, educação e previdência social) ao longo da vida das pessoas. Devido às desigualdades multidimensionais que se cruzam, essas provisões devem garantir o acesso àqueles que são normalmente excluídos ou marginalizados. Nesse sentido, as políticas devem abordar a discriminação social.

Nesse contexto, observamos o equívoco de se presumir que o setor privado é mais eficiente do que o público. Isso contraria as evidências de que os serviços públicos, em muitos casos e contextos, são necessários e superiores.

O investimento público é essencial para atingir os objetivos sociais e de desenvolvimento e

para garantir uma transição energética justa. É crucial, ainda, que os países se concentrem mais na criação de empregos decentes com salários e proteções justas e trabalhem para regulamentar os mercados de trabalho a fim de garantir os direitos dos trabalhadores.

São necessárias estratégias sólidas de proteção social que garantam o acesso de todos a bens e serviços essenciais, pois os mercados são voláteis e incapazes de fornecer um seguro adequado e acessível contra os múltiplos riscos que os indivíduos enfrentam, no contexto das grandes mudanças estruturais vivenciadas pelas economias.

É claro que um maior gasto público também requer mais receitas. Como em muitos países, os que estão no topo pagam uma alíquota de imposto mais baixa do que os outros, é necessária uma mudança dos impostos indiretos regressivos (como o IVA) em favor de uma tributação mais direta das pessoas ricas e das grandes empresas. Os impostos sobre a renda devem ser mais progressivos.

Internacional

Em praticamente todas as áreas, é necessário repensar os efeitos dos acordos internacionais, com mais atenção aos efeitos distributivos, tanto dentro dos países quanto entre eles.

Em particular, o G20 deve questionar em que medida qualquer disposição de qualquer acordo aborda alguma externalidade, ajuda a resolver algum problema de coordenação global de interesse mútuo ou contribui para a provisão de algum bem global; em comparação com até que ponto suas disposições específicas são projetadas para aumentar o bem-estar (ou a renda) de certos atores poderosos (sejam países ou empresas) no cenário global.

Um acordo entre os países para estabelecer um imposto mínimo sobre o rendimento das empresas ajudaria, por exemplo, a evitar a destrutiva corrida para o fundo do poço na tributação das empresas. Os acordos de investimento que impedem os países de impor novas regulamentações ou impostos são mais problemáticos. Um país que adota medidas regulatórias ou tributárias excessivas pagará o preço, na forma de incapacidade de atrair investidores, embora certas regulamentações e medidas tributárias sejam necessárias e desejáveis para o bem-estar dos cidadãos.

Algumas áreas nas quais consideramos que as reformas dos sistemas existentes são necessárias e urgentes são descritas a seguir (o relatório completo inclui uma gama mais ampla e possíveis ações). Dividimos nossa discussão em reformas nas regras e nas instituições que governam a economia e em políticas que afetam os recursos e as capacidades dos indivíduos e dos países.

Reformar as regras e as instituições que regem a economia, com especial atenção às regras e às instituições globais, por meio de:

- Reescrever as regras de PI, incluindo, em particular, renúncias em caso de pandemias e licenças/renúncias obrigatórias para tecnologias relacionadas às alterações climáticas.
- Reformular as regras do comércio internacional para garantir uma repartição mais equitativa dos ganhos decorrentes do comércio, em particular eliminando os aspectos que impedem os países em desenvolvimento de subir na cadeia de valor agregado e os mantêm na produção de commodities primárias.
- Coordenar globalmente políticas para fazer cumprir a concorrência, controlar a concentração empresarial (incluindo a divisão de monopólios) e restringir as práticas anticompetitivas, especialmente no domínio digital.
- Redesenhar os acordos de investimento e de tributação bilateral, cada vez mais utilizados por agentes privados para restringir a tributação e a regulamentação. Isso incluiria abandonar os mecanismos vigentes de Resolução de Disputas entre Investidores e Estados (ISDS), que não estão em conformidade com os padrões judiciais modernos, que têm regras rígidas sobre transparência e conflitos de interesse. Essas regras normalmente estão ausentes nos ISDS.
- Reformar a governança das instituições financeiras internacionais (IFIs) para refletir melhor a economia global contemporânea, por exemplo, em direitos de voto e veto.
- Aumentar anualmente a ferramenta de liquidez do FMI, os Direitos Especiais de Saque (DES), juntamente com os aumentos do PIB global, e distribuí-los idealmente de acordo com as necessidades (estabelecidas por critérios claros), em vez da atual "cota" do FMI. Quaisquer condições devem centrar-se no fornecimento de bens públicos globais, como a mitigação das alterações climáticas.
- Repensar aspectos dos quadros macroeconômicos e estruturais utilizados pelas IFIs – incluindo a dependência de políticas de austeridade, em vez de políticas de promoção do crescimento em resposta aos déficits orçamentais, e pressupostos a favor da prestação privada, em vez da pública de serviços essenciais. Da mesma forma,

controles de capital bem concebidos podem ser um instrumento importante para reduzir a instabilidade macroeconômica, que tem um enorme impacto, especialmente sobre os mais pobres.

Expandir os recursos e as capacidades dos países em desenvolvimento e de todos os seus cidadãos. Com a diminuição da ajuda ao desenvolvimento, os países afetados terão de depender mais dos seus próprios recursos. O que importa é o saldo líquido dos fluxos que entram no país e menos os fluxos que saem. As reformas em matéria de propriedade intelectual e concorrência poderiam levar a menores saídas; políticas comerciais mais justas poderiam resultar em maiores entradas. Abaixo estão listadas outras reformas críticas, especialmente na arquitetura internacional, que provavelmente reduzirão a desigualdade.

- Reformar o sistema tributário internacional para permitir a tributação justa e eficiente das empresas multinacionais e dos muito ricos. O último exigiria um registro global de ativos para identificar e rastrear a riqueza; isso poderia implicar um imposto mínimo global sobre indivíduos ultrarricos. O primeiro exigiria, no mínimo, um imposto mínimo global sobre as empresas, com uma alíquota mais alta – e sem as exceções incorporadas na atual iniciativa da OCDE.
- Reestruturar dívida e apoiar a liquidez para os muitos países em desenvolvimento e os mercados emergentes com dívida excessiva, cujos enormes gastos com o serviço dessa dívida comprometeram seu desenvolvimento futuro. A arquitetura financeira global precisa ser reformada para tornar menos provável que outra crise de dívida e desenvolvimento surja no futuro e para que qualquer reestruturação de dívida futura possa ser conduzida de forma mais rápida e equitativa do que nos acordos atuais.
- Cooperar internacionalmente para controlar os grandes fluxos financeiros ilícitos que privam os países em desenvolvimento dos recursos de que necessitam.
- Garantir que todos os países tenham o financiamento necessário (por exemplo, por meio de novas emissões de SDRs) para lidar com as perdas e os danos causados pelos choques climáticos, adaptar-se melhor e reduzir ainda mais as emissões de gases de efeito estufa, a fim de evitar aumentos da desigualdade relacionados ao clima.
- Expandir a capacidade de produção de produtos médicos e relacionados ao clima considerados essenciais, em parte por meio da transferência de tecnologia.
- Melhorar o acesso a alimentos a preços estáveis, por exemplo, auxiliando na criação de reservas nacionais e regionais de grãos e outros alimentos, coibindo a especulação e investindo mais na produção local e regional em locais que dependem excessivamente da importação de alimentos.
- Melhorar o acesso digital para todos.

A desigualdade extrema é uma escolha. Não é inevitável e pode ser revertida com vontade política. Isso pode ser grandemente facilitado pela coordenação global e, nesse sentido, o G20 tem um papel fundamental. Abordar a desigualdade em todas as suas dimensões da maneira mais eficiente e eficaz requer um conhecimento fundamental sobre a desigualdade maior do que o que temos atualmente. A principal proposta deste relatório, a criação de um Painel Internacional sobre Desigualdade, aumentaria nossa compreensão da desigualdade em todas as suas dimensões, avaliando magnitudes e tendências, seus fatores determinantes e suas consequências, e os impactos das mudanças estruturais em curso, assim como as políticas. Seria um legado permanente da Presidência sul-africana do G20, ajudando o mundo a enfrentar um dos maiores flagelos de nosso tempo — levando o mundo em direção ao nosso ideal de prosperidade comum compartilhada globalmente.